



# **Atuação das Psicólogas Escolares no Sul e Sudoeste Goiano: Concepções e Desafios<sup>1</sup>**

## **Performance of School Psychologist in the South and Southwest Goiano: Conceptions and Challenges**

Renata Magalhães Naves<sup>2</sup> ([orcid.org/0000-0002-7423-1309](https://orcid.org/0000-0002-7423-1309))

Silvia Maria Cintra da Silva<sup>3</sup> ([orcid.org/0000-0003-0834-5671](https://orcid.org/0000-0003-0834-5671))

---

### **Resumo**

Esta pesquisa teve como objetivo mapear os serviços de Psicologia Escolar nas Secretarias de Educação dos municípios das regiões sul e sudoeste de Goiás, procurando compreender as concepções que respaldam as práticas realizadas por profissionais da Psicologia na Educação e identificar elementos pertinentes às discussões recentes na área, tendo como base uma pesquisa interinstitucional realizada em sete estados brasileiros. Contatamos 50 municípios das regiões investigadas e em 12 deles encontramos 17 psicólogas e um psicólogo atuando nas Secretarias Municipais de Educação. Responderam ao questionário proposto 16 psicólogas, entre as quais selecionamos para entrevista duas que apresentaram indícios de atuação em uma perspectiva crítica. A análise de todos os questionários e da atuação das entrevistadas mostrou que ainda são muitos os desafios para a consolidação do trabalho em uma perspectiva institucional, porém muito tem sido feito para que a Psicologia possa contribuir com ações que propiciem o desenvolvimento efetivo de todos os integrantes do contexto escolar.

**Palavras-chave:** Psicologia escolar. Atuação do psicólogo. Rede Pública de Educação.

### **Abstract**

This research aimed to map the services of School Psychology in the Education Department of the municipalities in the South and Southwest regions of Goiás, seeking to understand the conceptions that support the practices carried out by professionals of Psychology in Education and to identify relevant elements to recent discussions in the area, based on interinstitutional research carried out in seven Brazilian states. We have contacted 50 municipalities of the investigated regions, and in 12 of them we found 17 psychologists women and one psychologist male working in the Municipal Education Departments. Sixty psychologists responded to the proposed questionnaire, among which we selected for the interview, two who presented evidence of working on a critical perspective. The analysis of all the

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fapemig.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: [renatanavespsico@gmail.com](mailto:renatanavespsico@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. E-mail: [Silvia\\_ufu@hotmail.com](mailto:Silvia_ufu@hotmail.com).

questionnaires and the performance of the interviewees showed that there are still many challenges for the consolidation of the work, from an institutional perspective, but much has been done so Psychology can contribute with actions that promote the effective development of all the members in school context.

**Keywords:** School psychology. Performance of psychologists. Public Education Network.

## Introdução

As formas de atuação do psicólogo na instituição escolar constituem tema de reflexão e debate entre os próprios profissionais, de maneira especial entre os interessados em contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo. O profissional da Psicologia tem a escola como um espaço que permite várias reflexões e intervenções, e as bases teóricas utilizadas por ele em sua atuação são determinadas, muitas vezes, pelas atividades que realiza, pelos desafios que a prática lhe impõe e, sem dúvida, pelo seu olhar atento para os elementos envolvidos nos desafios a enfrentar (Martinez, 2010). O que define o psicólogo escolar é seu compromisso teórico e prático com as questões relativas à escola enquanto instituição social e não somente com o seu local de trabalho (Tanamachi & Meira, 2003). Desse modo, para que possamos fazer uma análise sobre a atuação desse profissional, é importante compreender toda a complexidade que caracteriza o contexto escolar.

A Psicologia Escolar e Educacional, desde o seu nascimento, se constituiu a partir de um caráter tecnicista e seu desenvolvimento no Brasil esteve relacionado aos processos de urbanização e industrialização do país e a uma visão de que a Educação seria a principal representante do projeto de uma nação moderna. Na busca por um ensino eficiente, recorreu-se aos conhecimentos psicológicos, especialmente àqueles que servissem para minimizar as diferenças, prevenir os erros e

controlar o comportamento das pessoas (Campos & Jucá, 2006; Patto, 1999).

Nessa época, o profissional de Psicologia apoiava-se em métodos de trabalho de forma individualizada, psicodiagnóstica e psicoterapêutica. Os psicólogos e as psicólogas foram sendo inseridos nas instituições escolares devido à grande importância que se dava à aplicação de testes e aos impactos resultantes desses procedimentos. Assim, a visão de que os problemas escolares deviam-se a problemas do aluno ou de sua família e à desconsideração de que o sistema de ensino também deveria ser responsabilizado pelas dificuldades de aprendizagem<sup>4</sup> dos alunos fez com que a Psicologia Escolar assumisse uma posição bastante reducionista em relação às questões que fazem parte da dinâmica escolar (Campos & Jucá, 2006; Neves & Almeida, 2003; Tanamachi, 2002).

Tal forma de atuação dos psicólogos escolares desencadeou um movimento de crítica e revisão das bases epistemológicas da Psicologia, a partir da década de 1980. Relevantes produções científicas passaram a questionar as práticas que a Psicologia vinha oferecendo à sociedade, e discussões promovidas por instituições acadêmicas e profissionais da área sobre a necessidade de o psicólogo substituir as práticas clínicas individualizantes no contexto escolar por uma atuação crítica (Barbosa & Souza, 2012; Silva *et al.*, 2012; Souza, Yamamoto & Galafassi, 2014).

---

<sup>4</sup> Com os avanços teórico-metodológicos da área, hoje dizemos dificuldades no processo de escolarização, que abarca todos os elementos envolvidos nas questões escolares.

Nesse movimento de debates e reflexões dos psicólogos sobre sua atuação no campo educacional, foi se configurando uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional, amparada por referenciais teórico-filosóficos e metodológicos que têm como base alguns pressupostos que norteiam a distinção entre a Psicologia Crítica e a Psicometria, tais como: as concepções progressistas de Educação, que procuram compreender o sujeito humano como produto das relações sociais; as noções teórico-metodológicas que permitem analisar criticamente as teorias da Psicologia, que veem a pessoa como um ser social e histórico; e as concepções críticas em Psicologia e Educação, que rompem com a ideia de separação entre sociedade e indivíduo (Meira, 2002; Souza, Silva & Yamamoto, 2014; Tanamachi, 2002).

Depois de mais de 30 anos de discussão sobre a perspectiva crítica de atuação do psicólogo escolar e educacional, era necessário investigar a dimensão de sua inserção na Educação Pública, bem como as suas práticas. Foi esse o objetivo do estudo *Atuação do psicólogo na Educação básica: concepções, práticas e desafios* (Souza *et al.*, 2014), coordenado pela Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza, da Universidade de São Paulo, que realizou um mapeamento dos serviços de Psicologia Escolar presentes nas Secretarias de Educação de sete estados brasileiros, delineando os perfis desses profissionais e de suas modalidades de atuação, procurando compreender as concepções que respaldavam as práticas psicológicas realizadas e identificar em que medida estas apresentavam elementos pertinentes às discussões recentes na área da Psicologia Escolar e Educacional.

O panorama delineado por essa pesquisa nos instigou a realizar novos estudos de modo a aprofundar os conhecimentos sobre a atuação dos profissionais da Psicologia em um estado brasileiro ainda não contemplado em pesquisas com esse enfoque: o estado de Goiás. Nosso objetivo, portanto, foi o mesmo proposto na investigação anteriormente referida. Para relatar como isso ocorreu, iniciamos com a descrição de nosso percurso metodológico.

### **Construindo Caminhos: Aspectos Metodológicos**

Um dos primeiros passos foi realizar um levantamento, por meio de contato telefônico, para investigar em quais dos 52 municípios das regiões sul e sudoeste de Goiás havia psicólogos e psicólogas atuando nas Secretarias Municipais de Educação. Não conseguimos contato apenas com dois municípios e encontramos 18 profissionais atuando em 12 dos 50 municípios contatados.

Depois desse levantamento, foram encaminhados por *e-mail* uma explicação sobre a pesquisa (aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, CAEE: 18526813.0.0000.5152) e um *link* do *Google Forms*<sup>5</sup> contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário aos 18 profissionais contatados, com o intuito de

---

<sup>5</sup>Google Forms é um aplicativo para criação de formulários de pesquisa, disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>

buscar informações relacionadas ao cargo, ano de ingresso na Secretaria de Educação, tempo de formação, instituição formadora, curso de pós-graduação, clientela atendida (alunos, professores, pais de alunos, outros), níveis de ensino em que o trabalho é realizado (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos), modalidades de atuação desenvolvidas e contribuições que a Psicologia pode oferecer à Educação.

Dos 18 questionários enviados, 16 foram respondidos, sendo os dados configurados em gráficos estatísticos, com a utilização do Excel, que nos possibilitaram analisar as respostas das participantes de maneira a detectar elementos que pudessem dar indícios de criticidade em suas práticas.

A segunda fase da pesquisa se apoiou na metodologia qualitativa, que se ampara a partir dos seguintes princípios básicos: a) o conhecimento é de natureza construtiva interpretativa e representa um processo vivo – tal processo de construção do conhecimento é aberto, está em permanente desenvolvimento e é suscetível a formas mais complexas de compreensão do fenômeno estudado; b) a produção do conhecimento tem um caráter interativo e não é resultado de um ato instrumental do pesquisador sobre o objeto estudado; c) a singularidade é um nível legítimo da produção, pois cada caso guarda particularidades construídas na história subjetiva do sujeito (González Rey, 2005a, 2005b).

Entre as 16 psicólogas que responderam ao questionário, foram escolhidas duas para a realização das entrevistas, a partir de evidências de uma concepção crítica de atuação,

considerando-se critérios como: público-alvo, modalidades e projetos de atuação e, por fim, a disponibilidade em participar da entrevista.

Optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, de forma individual e com duração média de uma hora. Em um primeiro momento, foi apresentado um roteiro com questões; em seguida, foram realizadas as entrevistas com as psicólogas Cora e Clarice,<sup>6</sup> que se mostraram bastante solícitas em participar da pesquisa.

### **Trilhando Caminhos Construídos: o Mapeamento dos Serviços de Psicologia das Secretarias Municipais de Educação**

#### **Caracterização da Amostra**

Privilegiado por sua posição estratégica no Planalto Central brasileiro, o estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste, é o sétimo estado brasileiro em extensão territorial, ocupando uma área de 340.086 km<sup>2</sup>. Em relação à economia goiana, é importante destacar o quanto ela tem se diversificado: houve um salto na média nacional nos últimos 10 anos, o que colocou Goiás entre as dez maiores economias brasileiras. O estado tem 246 municípios espalhados em seu território, divididos em 10 Regiões de Planejamento, e as duas regiões pesquisadas, sul e sudoeste, são compostas por 26 cidades cada uma, totalizando 52 municípios na área investigada.

---

<sup>6</sup> Nomes fictícios em homenagem a duas escritoras brasileiras: Cora Coralina e Clarice Lispector.

## Identificação das Participantes

Todas as 16 participantes da pesquisa são do sexo feminino, a maioria com idade entre 24 e 34 anos. Com relação ao cargo ocupado na Secretaria de Educação, os dados evidenciaram que a maioria das profissionais é contratada para o cargo de Psicóloga, tendo a mesma denominação no que se refere à função, e com tempo médio de um a cinco anos no cargo.

No que se refere à instituição formadora, encontramos o maior índice de graduações em instituições públicas. É importante salientar muitas instituições formadoras mencionadas não se encontram na região ou mesmo no estado em que foi realizada a pesquisa, do que se pode inferir que há profissionais que fazem a graduação em uma determinada localidade e depois migram para trabalhar em outro lugar.

Ainda em relação à graduação, as participantes foram questionadas sobre as contribuições do estágio em Psicologia Escolar, por ser um momento importante na formação inicial, cujo objetivo é possibilitar ao graduando experienciar situações que poderão auxiliá-lo posteriormente como profissional (Pires, 2011). Das 16 participantes, 12 relataram que o estágio contribuiu muito para a sua prática atual e somente uma afirmou que contribuiu pouco, por ter realizado atividades somente com os alunos.

Quanto aos cursos realizados pelas participantes depois da graduação, verificamos que oito psicólogas fizeram cursos de especialização *lato sensu*, duas fizeram mestrado; uma, curso de atualização e cinco não fizeram nenhum curso de pós-graduação. Dos cursos

realizados, a maioria privilegiou a área da Educação, essa escolha pode ser explicada pela maior oferta dos cursos relacionados a essa área, principalmente em cidades do interior do estado, e também pela necessidade de conhecimento interdisciplinar por parte do grupo pesquisado.

## Atuação Profissional: Modalidades de Atuação, Níveis de Ensino e Público-alvo

No tocante à modalidade de atuação, as respostas que merecem destaque foram as relativas à atuação das psicólogas na esfera clínica/institucional, ou seja, a maioria realiza trabalhos a partir de uma abordagem clínica individualizante, embora também busque efetivar ações voltadas para a instituição como um todo. Conforme observam Silva *et al.* (2012), esse fato leva à reflexão sobre os avanços que a Psicologia Escolar vem incorporando nas práticas dos psicólogos na Educação. Por mais que as práticas clínicas continuem presentes de forma acentuada na atuação dos profissionais, estas têm sido combinadas com ações menos focadas nos alunos e suas famílias, voltando-se para os demais integrantes do contexto escolar.

Os níveis de ensino mais assistidos pelas psicólogas foram o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental, atendendo majoritariamente os alunos, pais e professores; e em segundo lugar os demais componentes da comunidade escolar. Isso, segundo Silva *et al.* (2012), aponta para uma maior preocupação dos psicólogos em incluir os diversos sujeitos envolvidos com as instituições de ensino, o que pode fornecer indícios de aproximação com as recentes discussões teóricas em Psicologia Escolar.

## **Fundamentação Teórico-metodológica: Autores e Contribuições à Educação**

Somente 14 participantes responderam à questão sobre autores utilizados, enquadrando-se a maioria das respostas em uma categoria que denominamos Clínica e Educação, pela predominância de nomes relacionados à Educação, à Psicologia Escolar e Educacional e à Psicologia Clínica; em seguida, as respostas que fizeram referência apenas a autores da Educação. Os nomes mais citados pelas participantes do estudo foram os clássicos Piaget, Freud e Vigotski e também autores e autoras mais contemporâneos, como Maria Tereza Mantoán, Angela Cota, José Raimundo Fación, Lidia Weber, Teresa Robles, Herculano Ricardo Campos, Elaine Marini, Yvonne G. Khouri, Vivina do C. Rios Balbino, Maria Helena Souza Patto, Adriana Marcondes Machado e Raquel Souza Lobo Guzzo.

No que diz respeito à contribuição do profissional da Psicologia à Educação, é possível perceber que sete participantes ainda têm um discurso não crítico em relação à Psicologia, ou seja, a descrição de suas atividades remete a formas de atuação baseadas na Psicologia tradicional, com aplicação de testes e detecção de alunos e alunas com problemas de aprendizagem. Outras sete psicólogas demonstraram que, mesmo ainda tendo formas de atuação tradicional com foco nos alunos e alunas, já existem indícios de ações mais institucionalizadas. Mesmo depois de mais de 30 anos de discussão sobre o papel do psicólogo no contexto escolar, somente duas profissionais apresentaram um discurso coerente acerca da

Educação, em que a forma de atuação está voltada para todas as esferas da instituição e do contexto social e político.

Assim, realizamos entrevistas com as duas psicólogas que apresentaram indícios de uma postura crítica em sua atuação na Secretaria de Educação, para conhecermos melhor o contexto em que as atividades são realizadas, bem como as ações propriamente ditas.

## **As Entrevistas: Dois Encontros, Várias Histórias**

As entrevistas com Clarice e Cora foram realizadas separadamente, mas, ao apresentarem informações sobre a origem e a estrutura dos serviços em que atuam, apontam para aspectos bastante similares. Os cargos de ambas foram implantados nas Secretarias de Educação depois das eleições municipais de 2012, por iniciativa das Secretárias de Educação como política de governo.

No município em que Clarice trabalha, havia uma psicóloga atuando na escola até o início da década de 1990; depois desse período sem psicólogo na escola, o trabalho relacionado às demandas escolares era realizado por uma profissional que atendia no prédio da Assistência Social. Os pais levavam as crianças para atendimento, que era estritamente clínico. Em 2012, Clarice foi contratada para trabalhar na cidade em questão, mas atendia tanto às áreas da Saúde e Assistência Social quanto à da Educação – somente no início de 2014 houve uma mudança e seu contrato foi alterado para atuar especificamente como psicóloga escolar, devido

às várias demandas existentes nos contextos escolares da Secretaria.

Cora trabalha como psicóloga escolar no município desde 2013. Nessa época, houve mudança de governo municipal e, conseqüentemente, de Secretária de Educação. Ela relata que

“Existia uma cobrança de um profissional que pudesse apoiar nesse sentido, na área da Psicologia” e foi instituído o cargo de Psicóloga na Secretaria de Educação, “tudo é bem primário, tudo está nascendo ainda [...] eu estou iniciando todo processo, desde a parte da divulgação e de conscientização do que é a Psicologia Escolar”.

Observa-se, então, que os serviços de Psicologia nas Secretarias de Educação dos dois municípios são muito recentes e ainda estão sendo estruturados. A questão da mudança de gestão também é mencionada na pesquisa “Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios”, em que as autoras constatarem o quanto as mudanças de gestão pública influenciam e transformam o desenvolvimento dos serviços em Psicologia Escolar, pois em alguns municípios os serviços são criados a partir da disponibilidade da gestão atuante e, muitas vezes, em outro mandato os serviços são extintos e, até mesmo, há a perda dos espaços físicos de trabalho, pois estes são fechados. Essas intercorrências auxiliam para a insatisfação e insegurança dos psicólogos escolares em relação ao trabalho na área (Souza, Silva & Yamamoto, 2014, p. 127).

As mudanças que tradicionalmente ocorrem nos setores públicos, quando uma nova gestão assume o governo, deveriam levar em

consideração os projetos e serviços já existentes, de modo a preservar e fortalecer aqueles que se mostram competentes e sensíveis às demandas da população. Logo, “precisamos mais do que trabalhar com as políticas públicas, pois mesmo sendo esse reconhecidamente um campo de atuação do psicólogo no Brasil, precisamos, antes, de políticas públicas que garantam espaço de atuação do psicólogo nas escolas” (Petroni & Souza, 2017, p. 18). Só assim é possível estruturar e desempenhar os serviços em Psicologia Escolar de modo a dar continuidade à função com a qualidade necessária.

### **Forma de Contratação do Psicólogo, Plano de Carreira e Condições de Trabalho**

Em relação à forma de contratação, as duas profissionais entrevistadas são contratadas como psicólogas para exercer a função de Psicólogo Escolar, tendo seus contratos renovados a cada ano e, justamente por ser um cargo novo nas Secretarias de Educação, não existe um plano de carreira estruturado.

Clarice trabalha 40 horas semanais, mas, segundo ela, “Passa muito mais tempo do que isso envolvida com os trabalhos e demandas das escolas”. A dificuldade é que Clarice não está vinculada a nenhum departamento específico da Secretaria de Educação e o município em que atua tem nove escolas, sendo sete na zona rural e duas na cidade.

Cora tem uma carga horária de 30 horas semanais e atende a 15 escolas municipais, sendo que quatro ficam na zona rural. Ela desabafa: “Então eu sou uma para atender uma demanda de quase seis mil alunos”.



É importante salientar que um grande número de escolas sob a responsabilidade de um profissional impossibilita a estruturação de um trabalho contínuo a ser realizado nos espaços escolares e, nesse sentido, concordamos com Barbosa e Silva (2011) quando afirmam que tais circunstâncias podem se tornar barreiras para a efetivação do trabalho do psicólogo.

Os relatos das psicólogas entrevistadas se assemelham quando contam que não existe uma equipe para auxiliar na realização dos trabalhos e dizem sentir necessidade de mais pessoas para compartilhar as demandas oriundas das escolas. Em ambos os municípios, as profissionais passam a maior parte do tempo nas escolas, convivendo cotidianamente com toda a equipe. Para Clarice, nessa forma de ação a compreensão da realidade se torna mais efetiva. Nesse sentido, Guzzo (2011) ressalta ser fundamental que, em sua formação, o psicólogo conheça a realidade educacional e as necessidades da população brasileira.

É importante que o profissional circule pelo espaço da escola, das salas de aula à sala de professores, passando pelo pátio, quadras e conheça também o entorno da instituição. Esse conhecimento, alimentado pelas leituras acerca da Psicologia Escolar e Educacional, das Psicologias da Aprendizagem e do Desenvolvimento, da Educação e, ainda, das políticas públicas, mostra-se imprescindível para um trabalho de qualidade.

Os encaminhamentos para os serviços de Psicologia, tanto para Cora como para Clarice, geralmente solicitam tratamento clínico individualizado, com queixas não apenas de dificuldades de aprendizagem, mas também

relacionadas à hiperatividade, desatenção e agressividade. Assim, Clarice e Cora demonstram preocupação com o excesso de diagnósticos tradicionais (como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, entre outros) e a medicalização da vida escolar. Cora relata: “Eu vejo que há uma quantidade excessiva de diagnósticos, às vezes são crianças que têm quatro diagnósticos no mesmo laudo passado por psiquiatras e neurologistas.”

Tendo em destaque as preocupações em relação ao excesso de diagnósticos e ao uso abusivo de medicamentos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012) lançou uma Campanha Nacional denominada “Não à medicalização da Vida”, com o intuito de evidenciar as questões relacionadas à medicalização, um recurso que transforma questões de ordem social, política, cultural em problemas muitas vezes denominados distúrbios e transtornos de origem biológica, em que se atribuem ao ser humano várias dificuldades enquadradas como patologias psiquiátricas, distribuindo-se rótulos que contribuem para a segregação.

Devido à gravidade do fenômeno da medicalização no espaço escolar, é imprescindível que o psicólogo escolar tenha acesso a publicações sobre o assunto (Angelucci & Souza, 2010; Facci, Meira & Tuleski, 2013; Leite & Tuleski, 2011; Leonardo & Suzuki, 2016; Moysés & Collares, 1992, 2011) e compreenda o impacto da medicalização na vida das crianças, posicionando-se a respeito em suas ações cotidianas.

Nos municípios em que atuam, as psicólogas iniciaram trabalhos a partir de

projetos, conforme as demandas e necessidades das instituições educacionais. É importante salientar que, no início de seu trabalho, Cora reuniu-se com grupos de gestores, de professores e demais funcionários de toda a rede municipal para falar sobre esse foco mais amplo, institucional, de sua atuação. E vem trabalhando no sentido de envolver o pessoal da escola nas questões escolares. Por exemplo, quando lhe chegam queixas em relação a determinado aluno, a psicóloga procura realizar um trabalho de mediação com os professores, por meio de trabalhos em grupos, o que possibilita, muitas vezes, outros posicionamentos dos docentes envolvidos no contexto educacional.

Ainda é um importante desafio para a Psicologia Escolar tratar a questão dos encaminhamentos da escola como encaminhamentos sobre o processo de escolarização. A queixa escolar precisa ser entendida como oriunda das relações que se estabelecem nesse contexto e não unicamente como reflexo de problemas emocionais localizadas nas crianças e em suas famílias (Labadessa & Lima, 2017; Souza, 2009). É papel da Psicologia Escolar favorecer condições para professores e professoras repensarem e problematizarem suas práticas. Assim, faz-se necessário auxiliá-las na compreensão de seu papel como agentes da história para que possam ter acesso a modos de compreensão baseados em pressupostos que considerem as dimensões históricas e culturais em relação ao psiquismo, ao desenvolvimento humano e suas articulações com a aprendizagem e as relações sociais (Meira, 2003).

Nos relatos de Clarice e Cora, foi possível perceber o quanto os serviços em Psicologia Escolar encontram-se diversificados e muitas vezes voltados para as necessidades de cada instituição de ensino. Nas entrevistas, fica clara a disposição das profissionais em realizar mudanças significativas em suas formas de atuação, em que o foco deixa de ser somente o aluno e passa a ser a comunidade escolar. Porém, muitas dificuldades são enfrentadas, haja vista que em ambos os municípios o trabalho da Psicologia Escolar ainda está sendo estruturado e as expectativas de muitas pessoas envolvidas no processo de escolarização são de uma atuação ainda baseada na Psicologia Clínica, nos laudos e diagnósticos das avaliações psicológicas. Um trabalho diferente dessa perspectiva esbarra na conduta que o professorado espera da psicóloga escolar.

Outras dificuldades também podem ser percebidas, entre elas, os “apadrinhamentos”, os profissionais que estão trabalhando na instituição por serem amigos ou parentes dos responsáveis pela administração pública, muitas vezes sem qualificação para o cargo. Uma queixa de Cora é a impossibilidade de eficiência nos trabalhos propostos: “Eu sou uma só para 15 instituições de ensino [...] então isso é uma limitação, porque às vezes falta, fica a desejar em relação ao trabalho.”

Fica evidente na fala de Cora a dificuldade para uma única profissional atender de forma satisfatória a tantos e distintos contextos, já que a realidade de uma instituição é diferente da outra.

Sobre as peculiaridades dos contextos de atuação do psicólogo escolar, Silva *et al.*

(2012, p. 47) alertam que é “imprescindível entender qual é o contexto que contribui para produzir certas concepções e práticas na escola”, uma vez que alguns desafios impostos enfraquecem e desestimulam o trabalho do psicólogo escolar.

Mesmo enfrentando desafios, as participantes relataram algumas práticas que vêm auxiliando na estruturação dos serviços na rede municipal de ensino, tais como: trabalhos desenvolvidos com o grupo de professores e gestores, com o objetivo de propiciar reflexões a respeito das queixas escolares; parcerias estabelecidas com outros setores, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Cras), para atendimento ao grupo de pais; trabalho preventivo e de orientação a grupos de alunos.

Diante do desenvolvimento de trabalhos bastante relevantes, vale ressaltar a iminente necessidade de valorização e reconhecimento do trabalho da Psicologia Escolar por parte das Secretarias Municipais de Educação, como condição fundamental para que tais ações possam ser fortalecidas (Peretta *et al.*, 2014). Destacamos aqui a luta árdua das psicólogas entrevistadas para serem compreendidas em sua proposta de uma forma de atuação mais institucionalizada, a partir do contexto em que a comunidade escolar (crianças, pais, docentes, equipe gestora) está inserida. Sabe-se que desmitificar a crença, constituída desde os primórdios da atuação da Psicologia nas instituições de ensino, de que a culpa é do aluno e da aluna e estabelecer uma cultura de olhar as relações estabelecidas dentro

da escola não é fácil para a psicóloga escolar; porém, não é impossível.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa nos permitiu conhecer algumas características pessoais, profissionais e de formação de psicólogos atuantes nas regiões sul e sudoeste de Goiás. É verdade que, no rol de 50 municípios, encontrar psicólogos escolares em apenas 18 deles é pouco, mas a questão maior é: de que modo as nossas políticas públicas contribuem para a mudança desse contexto? Um contexto que vem sendo modificado de forma incipiente nas regiões goianas pesquisadas.

Analisando as práticas desenvolvidas pelas psicólogas entrevistadas, é possível destacar alguns elementos que ainda contribuem para a manutenção de uma atuação tradicional: realização de atendimento clínico breve focal; psicoterapia em grupo; avaliação psicológica para construção de laudos; e averiguação de contribuintes para problemas de aprendizagens ou de comportamento. Mas também é possível encontrar práticas pautadas em uma perspectiva crítica, como a construção de espaços que promovem a reflexão, envolvendo toda a comunidade escolar; a promoção de cursos e palestras para pais, alunos e equipe escolar sobre diferentes temas; o auxílio aos professores e professoras, diante das mais diversas situações de conflitos encontradas na escola; o conhecimento da realidade dos alunos e alunas para propiciar suporte necessário ao desenvolvimento biopsicossocial, entre outras.

Diante desse cenário e das mudanças que vêm ocorrendo na forma de atuação do psicólogo escolar, é necessário, também, elencar alguns desafios para a concretização das práticas embasadas na perspectiva crítica: discordância de expectativas quanto às propostas de trabalho das psicólogas por parte da clientela escolar, que ainda espera uma atuação clínica das psicólogas escolares com grandes demandas por laudos; falta de um trabalho em equipe com possibilidades de reflexão coletiva acerca das práticas desenvolvidas; insegurança em relação aos tipos, formas de contratação e mudanças de gestão e, ainda, o grande número de escolas sob a responsabilidade de uma única profissional. É certo que os desafios dificultam a inserção das psicólogas escolares que almejam atuar em uma perspectiva crítica, todavia não impossibilitam que as mudanças ocorram na sua forma de atuação. Essa compreensão só acontecerá a partir de uma sustentação teórica que as ajude a construir a defesa de práticas que abranjam todo o contexto escolar.

Depois de percorrer os caminhos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, resta-nos concluir que, nas regiões do estado de Goiás focalizadas, ainda é inexpressiva a inserção de profissionais da Psicologia no cenário educacional público municipal, que pode estar atrelada à ausência de regulamentação que permita a presença do psicólogo nessa rede de ensino, que, quando existe, encontra-se em momento inicial de estruturação e organização.

Há outros trajetos que podem ser percorridos a partir desta pesquisa, seja na continuidade e aprofundamento das discussões sobre as práticas dos psicólogos, a fim de

fornecer recursos e consolidar as críticas até então realizadas, seja no que se refere aos temas elencados em Psicologia Escolar, a partir de uma perspectiva crítica. Sobretudo, é fundamental que as discussões e relatos trazidos por esta investigação não fiquem restritos ao âmbito acadêmico, mas possam servir de referência aos profissionais que buscam transformar suas práticas no contexto escolar.

## Referências

- Angelucci, C. B., & Souza, B. P. (2010). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barbosa, D. R., & Souza, M. P. R. (2012). Psicologia Educacional ou escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 163-173. Recuperado em 15 setembro, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>.
- Barbosa, F. M., & Silva, S. M. C. (2011). Reflexões sobre uma proposta de atuação inovadora em Psicologia Escolar. *Horizonte Científico*, 5(2), 1-17. Recuperado em 17 setembro, 2014, de <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8004/10505>.
- Campos, H. R., & Jucá, M. R. B. L. (2006). O psicólogo na escola: avaliação da formação à luz das demandas do mercado. In S. F. C. Almeida (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional* (pp. 37-56). Campinas-SP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Subsídios para a campanha Não à Medicalização da Vida: medicalização da educação*. Recuperado em 17 setembro, 2014, de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno\\_AF.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf).

- Facci, M. G. D., Meira, M. E. M., & Tuleski, S. C. (2013). *A exclusão dos "includidos": uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. Maringá: Eduem.
- González Rey, L. F. (2005a). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In L. F. González Rey (Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia* (pp. 27-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, L. F. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Guzzo, R. S. L. (2011). Desafios cotidianos em contextos educativos: a difícil formação de psicólogos para a realidade brasileira. In R. G. Azzi & M. H. T. A. Gianfaldoni (Orgs.). *Psicologia e Educação* (pp. 253-270). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Labadessa, V. M., & Lima, V. A. A. de. (2017). Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 369-377. Recuperado em 10 fevereiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-369.pdf>.
- Leite, H. A., & Tuleski, S. C. (2011). Psicologia Histórico-Cultural e desenvolvimento da atenção voluntária: novo entendimento para o TDAH. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 111-119. Recuperado em 10 setembro, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/12.pdf>.
- Leonardo, N. S. T., & Suzuki, M. A. (2016). Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 46-54. Recuperado em 11 fevereiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0046.pdf>.
- Martinez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola?. *Revista em Aberto*, 23(83), 39-56. Recuperado em 10 abril, 2014, de
- <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0046.pdf>.
- Meira, M. E. M. (2002). Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In E. R. Tanamachi, M. Proença & M. Rocha (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 35-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Meira, M. E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.). *Psicologia Escolar: teorias críticas* (pp. 13-78). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos CEDES*, 28, 31-48.
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2011). O lado escuro da dislexia e do TDAH. In M. E. M. Meira, S. C. Tuleski & M. G. D. Facci (Orgs.). *A exclusão dos includidos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos* (pp. 133-196). Maringá: Eduem.
- Neves, M. M. B., & Almeida, S. F. C. (2003). A atuação da Psicologia Escolar no atendimento aos alunos encaminhados com queixas escolares. In S. F. C. de Almeida (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional* (pp. 83-103). Campinas: Alínea.
- Patto, M. H. S. A. (1999). *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peretta, A. A. C. S., Silva, S. M. C., Souza, C. S., Oliveira, J. O., Barbosa, F. M., Souza, L. R., & Rezende, P. C. M. (2014). O caminho se faz ao caminhar: atuações em Psicologia Escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(1), 293-301. Recuperado em 10 abril, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n2/1413-8557-pee-18-02-0293.pdf>.
- Petroni, A. P., & Souza, V. L. T. (2017). Psicologia Escolar: análise sobre dificuldades e superações no Brasil e

- Portugal. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(1), 13-20. Recuperado em 10 fevereiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n1/2175-3539-pee-21-01-00013.pdf>.
- Pires, V. S. (2011). *O processo de subjetivação profissional durante os estágios profissionalizantes em Psicologia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
- Silva, S. M. C. *et al.* (2012). O psicólogo diante da demanda escolar: concepções e práticas no Estado de Minas Gerais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(1), 36-49. Recuperado em 10 setembro, 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v5n1/v5n1a04.pdf>.
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 179-182. Recuperado em 15 setembro, 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v13n1/v13n1a21.pdf>.
- Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., & Yamamoto, K. (2014). *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios*. Uberlândia: Edufu.
- Souza, M. P. R., Yamamoto, K., & Galafassi, C. (2014). Atuação do psicólogo na Rede Pública de Educação em sete estados brasileiros: caracterização, práticas e concepções. In M. P. R. Souza, S. M. C. Silva & K. Yamamoto (Orgs.). *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios* (pp. 223-256). Uberlândia: Edufu.
- Tanamachi, E. R. (2002). Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. In E. R. Tanamachi, M. P. R. Souza & M. Rocha (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 73-104). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tanamachi, E. R. & Meira, M. E. (2003). Atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.). *Psicologia Escolar: práticas críticas* (pp. 11-62). Casa do Psicólogo.
- Recebido em: 19/2/2018  
Aprovado em: 30/4/2018